

Fome e degradação humana



Por LUIZ EDUARDO NEVES DOS SANTOS & FERNANDO EURICO LOPES ARRUDA FILHO*

A luta dos catadores de lixo por condições mais dignas de vida

“Nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável como a fome” (Martín Caparrós, *A fome*, p. 11).

Como é sabido, o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta, a concentração de riqueza e renda tem aumentado bastante, mesmo em um cenário pandêmico, enquanto a situação de pobreza e extrema pobreza são onipresentes e não param de se expandir no território do país. Segundo dados do IBGE, 52 milhões de brasileiros se encontram nesta situação, são homens e mulheres desempregadas ou subempregadas, sobrevivendo em lugares insalubres e habitações precárias, sem acesso à serviços básicos de Saúde e Educação, sem Assistência Social, invisibilizados pelo Estado e pela sociedade e em situação de grave insegurança alimentar, um verdadeiro “museu da exploração humana”, como bem definiu Mike Davis em seu *Planeta Favela*. Tal contingente populacional é composto, em sua maioria, por pessoas pretas e pardas (73%), um doloroso retrato de uma sociedade que ainda possui fortes marcas da escravidão.

As senzalas modernas, produto da espoliação causada pelo sistema de acumulação, são representadas pelas favelas, guetos e palafitas. Essa massa de despossuídos também se aglomera em torno de lixões, “na imundície do pátio, catando comida entre os detritos”, e compõem uma paisagem desoladora, repleta de urubus, ratos e baratas, algo comum em diferentes lugares do Brasil, especialmente em estados como o Maranhão, que ainda amarga os piores índices socioeconômicos e ambientais entre as 27 unidades da federação. Assim, é possível identificar milhares de pessoas que sobrevivem nos e dos lixões. Um verdadeiro contingente de famélicos nos mais variados municípios maranhenses.

As violações aos Direitos Humanos são gravíssimas. É escandaloso e revoltante, ainda hoje, a manutenção de áreas destinadas ao acúmulo de lixo a céu aberto no Brasil e no Maranhão. Lembrando que em 2010 foi promulgada a lei 12.305, que instituiu a *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Entre seus objetivos havia a previsão de estimular a redução e a reutilização de resíduos, bem como banir os lixões no Brasil até 2014, algo que a imensa maioria dos municípios brasileiros não cumpriu, por absoluta ausência de responsabilidade social e vontade política de prefeitos, vereadores, deputados e governadores, que alegam dificuldades de alocação de recursos financeiros.

O fato é que nos últimos anos o Brasil aumentou muito sua geração de lixo, passando de 66,7 milhões de toneladas em 2010 para quase 80 milhões de toneladas em 2019, segundo dados do *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020*. Municípios como Pinheiro, o maior da baixada maranhense, em virtude da aprovação do *Novo Marco do Saneamento Básico* (Lei nº 14.026/2020), têm até o fim de 2023 para extinguir seu lixão e municípios com menos de 50 mil habitantes possuem até dezembro de 2024 para desativar essas aberrações.

O conhecido “catador de lixo” faz parte de um ciclo econômico perverso. Esse trabalhador invisível vai em busca de alumínio, ferro e cobre, além de sacolas plásticas e garrafas pet, os quais são comercializados para os donos de depósitos, tendo como destino final a indústria da reciclagem, ou seja, a procura é por materiais que podem ser reciclados e reutilizados.

Existem dois tipos de catadores, o das ruas e o do lixão. Aqueles que catam no lixão não usam qualquer tipo de calçado para proteção. São inúmeros relatos de queimaduras por cinzas e faíscas porque ateiam fogo para ficar visível o ferro, cobre e alumínio. Em Pinheiro, a catação dos materiais recicláveis é realizada nas ruas, na feira, próximo ao mercado e

a terra é redonda

onde há intensa produção de resíduos.

No lixão da Piçarreira, município de Pinheiro-MA, homens, mulheres, idosos e crianças arriscam a vida sem qualquer equipamento de segurança, os acidentes de trabalho são frequentes. Para evitar queimaduras do sol, usam camisas de manga comprida durante o dia e muitos trabalham à noite, para evitar insolação. O trabalho começa cedo, é extenuante, mas se o catador consegue reunir material suficiente, não necessita trabalhar muito o restante do dia.

A defensoria pública em Pinheiro visitou o lixão e lá presenciou situações chocantes. Crianças disputam restos de comida com urubus e cachorros. O catador não mira apenas os produtos, pois matar a fome é mais urgente, por isso, frequentemente, não esperam de imediato a venda para os depósitos.

O ponto de maior fluxo é quando um caminhão de uma grande rede de supermercados da cidade vai despejar seu lixo, por volta das 13h30min. Todos correm para disputar os rejeitos, incluindo toda sorte de indivíduos: crianças, idosos e mulheres grávidas, por exemplo. A partir disso, a defensoria encampou a luta para a criação de uma associação de catadores, tendo em vista a falta de equipamentos, de condições de trabalho, de conhecimentos para executar a coleta, a seleção de materiais e de apoio financeiro para a infraestrutura.

Em audiência pública promovida pela defensoria foi constituída uma associação de catadores e o poder público municipal, de imediato, instituiu uma renda mínima mensal e o fornecimento de cestas básicas para cada catador. Graças ao trabalho da defensoria, que também tem mostrado e denunciado tal situação a setores importantes da mídia progressista, cerca de 300 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social estão sendo beneficiadas, isto quer dizer que este grupo deixou de ser invisível para o poder público e para a sociedade. E a luta para que estas pessoas tenham condições mais dignas de vida está longe de terminar.

***Luiz Eduardo Neves dos Santos**, geógrafo, é professor na Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro.

***Fernando Eurico Lopes Arruda Filho** é defensor público do estado do Maranhão.